

## **"ESCREVE QUEM SABE E ASSINA QUEM PODE": PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MANUSCRITOS NO BRASIL COLONIAL**

### **WRITING IS FOR THOSE WHO KNOW AND SIGNING IS FOR THOSE WHO CAN: PRODUCTION AND CIRCULATION OF MANUSCRIPTS IN THE COLONIAL BRAZIL**

*Phablo Roberto Marchis Fachin\**

RESUMO: Neste artigo, apresentam-se os resultados iniciais de trabalho que vem sendo realizado por meio de projeto de pesquisa intitulado *Produção e Circulação de Manuscritos no Período Colonial Brasileiro: Contribuições para a História da Língua Portuguesa*. Tem o objetivo de buscar dados que permitam maior segurança na utilização de documentação manuscrita em circulação pública, de modo a propiciar conjunto confiável e consistente para descrever a escrita em língua portuguesa no Brasil setecentista. O *corpus* se limita à documentação relacionada ao Governador e Capitão General da capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, cobrindo o período de 1721 a 1728.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia Portuguesa. Produção e Circulação de Manuscritos. Administração Colonial. Rodrigo Cesar de Menezes.

ABSTRACT: In this article, we present the initial findings of the project *Production and Circulation of Manuscripts in Brazilian Colonial Period: Contributions to the History of the Portuguese Language*. We aim to search data that allow securely to use handwritten documents and to produce reliable and consistent set to describe the writing in Portuguese Language in Brazil eighteenth century. The *corpus* is composed of documents related to the Governor and General Captain of the captaincy of São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes (1721-1728).

KEYWORDS: Portuguese Philology. Production and Circulation of Manuscripts. Colonial Administration. Rodrigo Cesar de Menezes.

---

\* Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, Brasil – Doutor em Filologia Portuguesa, Professor Doutor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Campus de São Paulo. E-mail: phablo@usp.br.

## "ESCREVE QUEM SABE E ASSINA QUEM PODE": PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MANUSCRITOS NO BRASIL COLONIAL

### INTRODUÇÃO

O título deste artigo é uma alusão ao livro de Maria José Azevedo Santos, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Intitulado *Assina quem sabe e lê quem pode, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa de D. Catarina de Áustria (1526)*, essa obra possui importante estudo de *rol de moradias* quinhentista, com investigação detalhada da difusão social da escrita e dos níveis de alfabetização em Portugal do XVI, período sobre o qual, de acordo com a autora (AZEVEDO SANTOS, 2004, p.13), pouco se conhecia acerca da difusão social ativa e passiva da escrita naquele país e naquele período, sobre o grau de alfabetização e níveis de cultura gráfica e intelectual de mulheres e homens, artesãos ou mercadores, no campo e na cidade, na corte e nos mosteiros. Nesse trabalho, o material utilizado, além de servir como importante indicador do nível de cultura e do ambiente social português, demonstra, pela presença ou ausência de assinaturas autógrafas, o grau e o impacto do acesso direto à cultura gráfica na sociedade em questão.

No contexto brasileiro, o conhecimento a respeito do nível de cultura gráfica de homens e mulheres, na colônia e no império, ainda não está muito desenvolvido, principalmente quando se relacionam produções não-literárias com práticas de escrita do dia a dia administrativo, não produzidas para publicação, presentes em manuscritos que documentam os mais diversos usos do nosso idioma, ou seja, "vasto repertório de textos, sem dúvida de muito maior utilidade para o conhecimento da língua do que apenas o acervo das obras literárias". (CAMBRAIA, CUNHA, MEGALE, 1999, p.7)

Sáez (2004, p.8-9), ao prefaciá-lo, afirma não ser difícil constatar que na sociedade do século XVI a escrita possuía um papel muito importante na sua organização. Sobre isso, declara que burocracia, escrita e arquivo

eram alguns dos elementos que configuravam o novo estado, de maneira que a sociedade podia ser organizada desde um despacho e governada a uma chancelaria fixa. Além disso, destaca que a necessidade de escrever criou uma classe nova, os funcionários alfabetizados. Tal contexto pode ser transposto para a sociedade brasileira de séculos subsequentes, tanto em relação à participação da escrita no processo administrativo quanto no papel de funcionários para a sua composição gráfica.

Sobre essa nova classe e o contexto de produção administrativa, pouco se conhece, principalmente acerca das suas implicações na cultura gráfica daquele período. Informações nesse sentido ainda são muito escassas, por isso todo dado inventariado contribui consideravelmente para o conhecimento da evolução da prática de escrita no Brasil colonial e imperial, além de servir como fonte para o levantamento de hipóteses a respeito das transformações que a língua sofreu.

Para Azevedo Santos (2004, p.13), "a escrita, com efeito, técnica milenar e poderosa, veículo de comunicação privilegiado, seja manuscrita, impressa ou digital, é sempre um produto das condições sociais, econômicas, políticas e culturais das sociedades e dos homens que a dominam". Dessa forma, conhecer o contexto em que é escrita é produzida e suas particularidades é essencial para o conhecimento das suas transformações.

Com o objetivo de identificar como se caracterizava o contexto de produção e circulação de manuscritos no Brasil colonial, com ênfase para o século XVIII, e verificar o quanto o seu conhecimento contribui para os estudos sobre a História da Língua Portuguesa, criou-se, em 2013, o projeto de pesquisa *Produção e Circulação de Manuscritos no Período Colonial Brasileiro: Contribuições para a História da Língua Portuguesa*. Com o fim de possibilitar, com maior segurança, o embasamento de hipóteses sobre a escrita desse período, por meio dele, buscaram-se dados que permitam maior segurança na utilização de documentação manuscrita em circulação pública, de modo a propiciar conjunto confiável e consistente para descrever a escrita em língua portuguesa no Brasil setecentista.

Quanto ao material utilizado no projeto, este se limita à documentação relacionada ao Governador e Capitão General da capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, cobrindo o período de 1721 a 1728. Uma parte dos documentos está editada em quatro volumes dos *Documentos Interessantes*, publicação do Arquivo Público do Estado de São Paulo e outra parte, manuscrita, selecionada no catálogo do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" e em documentos avulsos do mesmo arquivo.

Neste artigo, apresentam-se as primeiras impressões do trabalho que vem sendo realizado nesse projeto: 1) a Capitania de São Paulo, estrutura administrativa e circulação de manuscritos; 2) O *corpus* do projeto; 3) Produção e circulação de manuscritos no Brasil colonial: desafios enfrentados.

## **1 A CAPITANIA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVIII: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E CIRCULAÇÃO DE MANUSCRITOS**

A região brasileira onde os documentos que compõem o *corpus* da pesquisa em questão foram escritos passou por mudanças significativas até o predomínio do que ficou conhecido como Capitania de São Paulo. Essas mudanças se concretizaram ao longo do século XVIII, no âmbito geográfico, político, econômico, social e, principalmente, no administrativo, setor que mais interessa a este estudo por acolher a

maioria dos escribas cujos manuscritos foram analisados.

Inicialmente denominada Capitania de São Vicente, em 1709, a região foi adquirida pela Coroa e passou a se chamar Capitania de São Paulo e Minas do Ouro<sup>1</sup>. Segundo Silva (2009: 19), o fato de ter permanecido como capitania donatarial até 1709, quando por essa época a maior parte das capitanias donatarias já tinha passado para a Coroa, contribuiu para a fama de rebeldes e maus vassallos de que seus habitantes gozaram, sobretudo entre os governadores-gerais e os membros do Conselho Ultramarino. Em carta a D. João V, o governador da Praça de Santos, Manuel Gomes Barbosa, explicando que não daria imediata execução ao que lhe ordena por carta de 27 de novembro de 1709 – edificar uma fortaleza fronteiriça à de Santo Amaro –, por ser essa obra muito onerosa para a Fazenda Real, testemunha a dúvida quanto a quem estaria subordinado aquele lugar<sup>2</sup>, anunciado já o que viria ocorrer mais tarde, como se pode ver no documento a seguir, cuja imagem vem acompanhada de transcrição semidiplomática.

**Figura 1** - Trecho de carta escrita em 25 de outubro de 1710, localizada no catálogo do Projeto Resgate

Vossa Magestade me deue demandar dizer  
aque gouerno  
Sou Sudito SeoDo Rio Se aoDeSaõ Paullo  
para Sa  
Ber aque Ordens heide dar Comprimento  
porque  
doRio meuem humas eDeSaõ Paullo outras  
so  
Bre amesma materia e ordeñs diuersas eue  
Jome Comfuzo Com humas e outras Como  
taõbem  
deLevar avilla deSaõ visente que naõ hé Iá  
Dodô  
natario Vossa Magestade mandara oque for  
seruido  
Santos 25 deoutubro de1710  
Manoel Gomes Barboza

Na segunda década do XVIII, houve novamente uma separação e, com isso, novas mudanças: “além de separar, em 1720, a Capitania de Minas de Gerais, a Coroa decidiu em 1748 criar a Capitania de Mato Grosso e a de Goiás, ficando a Capitania de São Paulo drasticamente reduzida em seu território” (SILVA, 2009, p.90). Depois desse período, entre 1748 e 1765, a Capitania de São Paulo perdeu sua autonomia e passou a ficar sob a jurisdição da do Rio de Janeiro, portanto sem governo próprio. Apenas em

---

1 Adquirida a Capitania de São Vicente para a Coroa, passou a se chamar Capitania de São Paulo e Minas do Ouro por provisão régia de 9 de novembro de 1709 (SILVA, 2009: 89).

2 O manuscrito encontra-se entre os documentos do Conselho Ultramarino, catalogados pela equipe do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” – caixa 1, nº 103.

1765, devido ao despovoamento crescente daquela capitania, a Coroa reviu a sua decisão e separou-a novamente da do Rio e nomeou Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, como o seu governador (Porta, 2004, p.111).

Quanto à administração metropolitana no Brasil e, especificamente, naquela região, de acordo com Salgado (1985), estava organizada em três níveis: 1) O governo geral, auxiliado por uma gama de funcionários, distribuídos de acordo com as necessidades do governo. Além dos funcionários mais importantes das áreas judiciais e fazendárias, estava geograficamente concentrado no principal centro de cada uma das capitâncias, no período a que se refere o *corpus*, Bahia, Rio de Janeiro, São Vicente e depois São Paulo. 2) Nas capitâncias, um sistema semelhante ao primeiro, mas em menor escala, era composto por capitães gerais e governadores, capitães-mores, ouvidores, provedores, alcaides-mores. 3) Na administração municipal, por meio das câmaras municipais, algumas com o título de Senado da Câmara, que eram órgãos colegiados, com funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia, sendo que muitos dos cargos eram ocupados pelos chamados “homens bons” das vilas<sup>3</sup>. Sobre a configuração da administração colonial e os seus cargos, Wehling e Wehling (2005, p.311) afirmam o seguinte:

No império português, muitos dos cargos da justiça e da fazenda foram precocemente preenchidos por critérios burocráticos “modernos”, e não prebendários, dada a sua natureza especializada e o manuseio de recursos financeiros. Além da justiça e da fazenda, os funcionários coloniais preenchiam grande número de outros postos na administração civil, eclesiástica e militar. Nos maiores centros urbanos da Colônia, como Rio de Janeiro, Salvador e Vila Rica, existiu também uma “burocracia” municipal de funcionários das respectivas câmaras. Todos esses funcionários podem ser, *grosso modo*, agrupados em alta burocracia (chanceleres, desembargadores, ouvidores, juizes de fora, oficiais superiores), média burocracia (setores “técnicos” da justiça e da fazenda) e pequena burocracia (escriturários, porteiros, etc).

No âmbito da capitania, durante o século XVIII, a supervisão geral dos negócios régios estava delegada aos Capitães-Governadores, também conhecidos por Capitães Gerais e Governadores. No âmbito das vilas e cidades da região no século XVIII, mesmo com toda a organização das capitâncias, havia empecilhos que limitavam o alcance administrativo, como a extensa área territorial e as dificuldades de acesso às suas zonas mais internas. As afirmações de Taunay (1951, p.8) ajudam a entender a realidade de São Paulo no período em que os documentos do *corpus* foram escritos quanto a alguns dos empecilhos naquela região: “A Câmara de São Paulo é o órgão do poder municipal de uma vila rural, não urbana. Ainda na segunda metade do século XVIII, algumas reuniões não podiam ser realizadas porque os vereadores não puderam vir da roça”. Na capitania, de modo geral, esse quadro poderia ser dificultado pelas mudanças administrativas que iam ocorrendo:

---

3 Salgado (1985: 70), esclarece que “a qualificação de ‘homem bom’ diferia bastante da de Portugal para o Estado do Brasil: as Ordenações vetavam a inclusão nessa categoria dos que exercessem ofícios mecânicos; na Colônia, porém, o exercício de tais atividades não era impedimento à participação nos mais importantes cargos da administração municipal”.

Na sua primeira fase, quando os governadores se ocupavam sobretudo das minas, a Capitania de São Paulo ficou até destituída da documentação régia que lhe dizia respeito, sendo necessário o rei exigir, no tempo de Rodrigo César de Menezes, que o governador de Minas Gerais enviasse cópias da documentação que interessava aos paulistas. Na sua fase final, quando deixou de ser capitania autônoma, há que compulsar igualmente a documentação referente ao Rio de Janeiro, como se pode constatar por aquela que se encontra no Arquivo Histórico de Lisboa. (SILVA, 2009, p.90)

A dificuldade já citada e todos os problemas decorrentes dela ocasionaram a grande importância das câmaras municipais no Brasil naquele período, “cuja autonomia foi adquirida durante longa fase do período colonial, graças às dificuldades práticas em disseminar aquela ordem administrativa por todo o território” (SALGADO, 1985, p.66). Silva (2009, p.22), ao analisar atas das Câmaras de São Paulo, constata que os camaristas se reuniam “para verem e mandarem cumprir umas provisões do senhor ouvidor-geral e umas cartas do senhor capitão-mor e para elas responderem”, o que mostra o contato entre as autoridades da capitania e os responsáveis pela Câmara. Marcilio (2004, p.246) traz importantes informações a respeito dessa instituição e do seu Senado:

[...] reunia-se irregularmente e apenas aos domingos, momento em que fazendeiros e sitiantes, os “homens bons” da Vila, se deslocavam ao centro para trocar, na rua das Casinhas, o resultado de suas pobres lavouras de alimentos, com um pouco de sal, de pólvora, de outros produtos que não podiam produzir na roça. Aproveitavam, ainda, para os únicos momentos de sociabilidade com outros vizinhos do município, assistindo à missa ou participando das festas e procissões, em dias especiais. Era também no domingo que os “homens bons”, o pequeno grupo de três edis, se reunia para as sessões da Câmara. Nestas, as questões tratadas eram as mais urgentes do cotidiano da municipalidade. Terminada a reunião da Câmara, todos voltavam para suas roças, muitas das quais a léguas de distância.

Em relação à sua organização, as câmaras possuíam diversos cargos, entre eles Juiz Ordinário (substituído em 1696 pelo juiz de fora que passou a ser presidente das câmaras municipais) Procuradores, Tesoureiros, Sargentos-Mores, Almotacés. Quadrilheiros, Meirinhos, Tabeliães e Escrivães também eram considerados funcionários municipais. Os escrivães, nomeados exclusivamente pelos vereadores, eram figura importante entre os senhores da época. Tratava-se de cargo privilegiado, era ele quem ouvia em segredo e anotava os votos dos eleitores da Câmara, redigia ainda toda a correspondência oficial da instituição, os autos dos processos, além de lançar atas, registros de receitas e de despesas. Os tabeliães passavam pelo mesmo processo dos escrivães e eram responsáveis pela garantia e validade dos documentos (SALGADO, 1985). Esse cargo sempre esteve presente na história administrativa brasileira, pois desde as primeiras expedições colonizadoras tem-se notícia desse profissional da escrita, como relata Silva (2009, p.13): “com a armada vieram já dois tabeliães, mas Martim Afonso podia nomear os que quisesse”. Ainda segundo a autora (SILVA, 2009, p.14), em tempos de donatários no Brasil, “com as cartas de doação, foi atribuído aos donatários o poder de nomear ouvidor e outros cargos de escrivão, tabelião e meirinho”.

Nesse contexto, a circulação de manuscritos no Brasil colonial representou importante função na administração do governo. Por meio da produção documental, leis, ordens, resoluções, provisões, cartas de patentes e diversas outras tipologias chegavam a seus destinatários para que se cumprissem os trâmites necessários para a manutenção do poder da metrópole sobre a colônia, dos governadores de capitanias sobre as câmaras municipais, etc.

A *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* do Arquivo do Estado de São Paulo possui vários volumes em que estão registradas as cartas, e demais documentos, autógrafos ou ideógrafos, na época colonial do governo de Menezes, que os responsáveis pela escrita escreveram, a "nova classe de funcionários alfabetizados", a que se referia Sáez (2004), fato pelo qual se pode constatar a importância da escrita e da produção documental no período. A maioria dos correspondentes do governador, por exemplo, eram pessoas influentes na época e ocupavam importantes cargos. Dentre os destinatários estavam, além do Rei e do Vice Rei de Portugal, Desembargador, Ouvidor Geral, Capitães Mores, Provedores da Fazenda Real, entre outros cargos. Algumas correspondências eram direcionadas para as Câmaras das vilas das capitanias de São Paulo, como Sorocaba, Pindamonhangaba, Jundiáí, Curitiba, Ubatuba, Laguna, Iguapé, Cananeia, São Sebastião, entre outras localidades.

## 2 O CORPUS DO PROJETO

Com o objetivo de ampliar o conhecimento da situação linguística do português em documentação manuscrita escrita no Brasil e contribuir de forma concreta com os estudos sobre a História da Língua Portuguesa, com destaque para o século XVIII, buscou-se compor um *corpus* com manuscritos desse século, escritos no Brasil. A procura teve êxito e encontrou documentos de ordens diversas, a grande maioria produzida na região que ficou conhecida como Capitania de São Paulo, com localização no Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo e no catálogo reunido pelo Projeto Resgate "Barão do Rio Branco"<sup>4</sup>. Com base na classificação realizada pela instituição em que se encontram e no trabalho de Bellotto (2002), segundo a qual a maioria dos documentos de arquivo apresenta-se sob a forma material de "espécies documentais"<sup>5</sup>, buscaram-se características comuns que pudessem auxiliar no agrupamento de tais tipologias de forma mais homogênea possível.

Como os documentos manuscritos produzidos ao longo da história da língua portuguesa, muitas vezes, dão a conhecer a data e o lugar em que foram escritos e as pessoas envolvidas, instituições como arquivos públicos e bibliotecas procuram utilizar

---

4 Projeto coordenado pelo Ministério da Cultura do Brasil, apoiado por mais de 200 instituições, públicas e privadas. Contou com quase 100 pesquisadores e técnicos para tornar possível a busca e a reunião da documentação manuscrita colonial encontrada em Lisboa e em instituições brasileiras. Estima-se um total de 3000 rolos de microfimes para um conjunto documental de 300000 documentos. O trabalho de coleta e ordenamento resultou na distribuição de CDs com documentação microfilmada a várias universidades do Brasil e de Portugal, e na publicação de Catálogos. Além de facilitar o seu acesso, agilizou essencialmente sua consulta e pesquisa (ARRUDA, 2000).

5 Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas (CAMARGO & BELLOTTO, 1996). A espécie documental diplomática é aquela que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial.

esse tipo de informação para a sua catalogação, reunindo-os em acervos específicos, de acordo com a datação, a localidade em que foi produzido, a espécie documental, etc. Informações que, além de servirem para a caracterização do *corpus* em estudos de diversas naturezas, funcionam como base para o levantamento de hipóteses sobre os dados neles encontrados.

Após a análise do conjunto de manuscritos que se tinha em mãos, chegou-se a um *corpus* composto por mais de 200 documentos, organizado de acordo com os seguintes critérios: 1) localidade, Capitania de São Paulo; 2) datação, escritos durante o século XVIII, entre os anos de 1721 e 1728. 3) tipologia, composto por cartas, bandos, portaria, regimentos e ordens. Todos os documentos estão relacionados ao Governador e Capitão General daquela capitania, Rodrigo Cesar de Menezes.

Uma parte dos documentos está editada em quatro volumes de publicação do próprio Arquivo Público do Estado de São Paulo, intitulada *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, e outra parte, manuscrita, selecionada no catálogo do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” e em documentos avulsos do mesmo arquivo. Segue tabela com a indicação dos manuscritos já catalogados e lidos.

**Tabela 1** - Lista de documentos catalogados para o projeto de pesquisa

Nº	Datação	Fólios	Nº	Datação	Fólios
1	1721, agosto 18	1	51	1724, fevereiro 18	1
2	1721, agosto 30	2	52	1724, fevereiro 28	2
3	1721, novembro 28	2	53	1724, março 15	2
4	1721, novembro 30	2	54	1724, março 22	1
5	1721, dezembro 20	2	55	1724, março 8	2
6	1721, dezembro 20	2	56	1724, maio 20	2
7	1722, janeiro 5	1	57	1724, maio 20	2
8	1722, janeiro 5	1	58	1724, maio 9	1
9	1722, abril 13	1	59	1724, junho 2	2
10	1722, abril 16	1	60	1724, julho 5	3
11	1722, abril 20	1	61	1724, agosto 15	2
12	1722, março 28	2	62	1724, agosto 16	1
13	1722, março 5	1	63	1724, agosto 19	1
14	1722, maio 11	1	64	1724, agosto 21	1
15	1722, agosto 14	1	65	1724, agosto 21	1
16	1722, setembro 10	1	66	1724, agosto 28	3
17	1722, setembro 15	1	67	1724, agosto 28	1
18	1722, setembro 19	1	68	1724, agosto 29	3
19	1722, setembro 20	1	69	1724, agosto 30	1
20	1722, setembro 21	1	70	1724, agosto 31	3
21	1722, setembro 26	1	71	1724, setembro 12	1
22	1722, setembro 27	1	72	1724, setembro 20	1
23	1722, setembro 28	1	73	1724, setembro 29	1
24	1722, setembro 30	2	74	1724, setembro 9	1
25	1722, setembro 8	1	75	1724, outubro 1	1
26	1722, outubro 13	2	76	1724, outubro 11	1
27	1722, outubro 13	2	77	1724, outubro 12	1
28	1722, outubro 20	1	78	1724, outubro 27	3
29	1722, outubro 4	1	79	1724, novembro 12	2



30	1722, outubro 4	1	80	1724, novembro 20	1
31	1722, outubro 8	1	81	1724, dezembro 18	2
32	1722, outubro 9	1	82	1724, dezembro 20	1
33	1722, outubro 10	2	83	1725, fevereiro 26	3
34	1722, novembro 22	2	84	1725, fevereiro 27	1
35	1722, dezembro 7	3	85	1725, fevereiro 9	1
36	1722, dezembro 20	1	86	1725, março 14	1
37	1722, dezembro 20	1	87	1725, março 2	1
38	1722, dezembro 8	1	88	1725, março 9	1
39	1723, janeiro 22	3	89	1725, abril 14	3
40	1723, fevereiro 17	2	90	1725, abril 23	1
41	1723, abril 15	1	91	1725, abril 6	2
42	1723, junho 17	1	92	1725, maio 15	2
43	1723, julho 29	2	93	1725, outubro 21	4
44	1723, agosto 2	1	94	1726, abril 10	3
45	1723, agosto 30	1	95	1726, maio 10	3
46	1723, agosto 7	2	96	1726, maio 14	2
47	1723, setembro 23	3	97	1726, maio 20	1
48	1723, outubro 21	2	98	1726, maio 22	2
49	1723, outubro 29	5	99	1726, maio 8	2
50	1723, novembro 9	2	100	1726, outubro 23	4

### 3 PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MANUSCRITOS NO BRASIL COLONIAL: DESAFIOS ENFRENTADOS

Os documentos que compõem o *corpus* do projeto em questão não foram produzidos num “*scriptorium*” ou na “corte”, mas em estabelecimentos da esfera administrativa colonial, relacionados aos cargos dos autores responsáveis pela produção desse material: escrivães, secretários, capitães e governadores, etc. Pela diversidade de cargos, de histórias de aprendizado da língua, infere-se que tal ambiente não era tão propício para a geração de generalizações gráficas por agrupar pessoas de várias regiões, de diferentes níveis sociais e escalas hierárquicas, em diferentes espaços de produção. Em meio a esse contexto, a falta de cautela no tratamento das fontes, na atribuição de autoria, pode acarretar problemas sérios de interpretação linguística.

Característica essencial desse tipo de documentação manuscrita se refere à sua autoria e à sua forma de transmissão. Nesse contexto, várias possibilidades estão em jogo: manuscritos escritos pela mão do próprio autor (autor material e intelectual); acompanhados pelo autor intelectual, mas pela mão de terceiros (autores materiais); reproduzidos, mais ou menos integralmente, por cópias<sup>6</sup>. Consequentemente, nem sempre a datação, assim como a assinatura do documento e os dados gráficos ali presentes correspondiam realmente ao seu contexto de produção. Nesse sentido, cabe ao pesquisador analisar com rigor filológico os documentos, em busca de outras informações, como afirmam Ferreira e Santana (2006, p.4-5).

6 "A verdade é que a tradição de copiar à mão constituiu um fenômeno com largo êxito até tempos relativamente recentes (meados do século XIX, na Europa)" (FERREIRA e SANTANA, 2006, p.3).

Torna-se assim necessário recorrer a informações internas, ou seja, detectáveis – por análise e reflexão - no conteúdo do manuscrito; deste modo, do texto se identifica o assunto, para atribuição de um título (significativo do conteúdo da obra), se extraem e referenciam nomes de personalidades que possam constar do documento, contribuindo para uma possível datação, e ainda, pela observação atenta de sinais nem sempre previsíveis como marca de posse, se reconhecem, por vezes, os antigos possuidores do manuscrito, no sentido de tentar reconstituir a história do mesmo.

Relativamente à tradição documental, a necessária distinção entre original e cópia nem sempre é isenta de questões. Em caso de omissão de assinatura do autor ou divergência com a grafia do resto do manuscrito, elementos encontrados no texto como a abundância de rasuras e emendas, ou uma apresentação gráfica menos cuidada não chegam, muitas vezes, para nos assegurar da natureza de original, uma vez que, a partir do século XVII sobretudo, o livro manuscrito passou também a ter uma função utilitária, e objetivamente de uso prático (FERREIRA e SANTANA, 2006). No caso das práticas administrativas coloniais, era muito comum a autoridade superior apenas assinar o documento enquanto secretários, escrivães e outros profissionais da escrita os escreviam. Dessa forma, estudos que não levam isso em consideração acabam resultando em atribuição equivocada de autoria documental.

Trata-se de cuidado metodológico que deve ser levado em consideração para evitar resultados equivocados por conta da falta de critérios no tratamento das fontes. Veja-se, por exemplo, o caso da *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - correspondência interna do Governador Rodrigo Cesar de Menezes ---1721-1728*. Na edição dos documentos que compõem a obra, ao final sempre aparece a indicação do nome do governador em itálico, como uma espécie de assinatura, atribuindo a ele, de certa forma, a autoria dos textos. Ao observar, porém, originais manuscritos desses documentos, verifica-se que, embora a assinatura faça parte de quase todos eles, a grafia do resto do texto não é a mesma, apresentando-se com diferentes formas, o que indica diferença de punhos, portanto outras pessoas foram as responsáveis pela sua produção material. Consequentemente havia diversidade de hábitos e escolhas gráficas, principalmente num período em que a escrita apresentava pluralismos gráficos. O mesmo ocorre com documentação do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco", nas páginas que antecedem os manuscritos relacionados ao Governador Menezes, por exemplo, com a sua ementa, sempre há a indicação do responsável pelo documento, sem levar em conta autoria material ou intelectual nesse processo. Nas imagens que seguem de documento e transcrição do Arquivo Público do Estado de São Paulo, pode-se observar um desses casos.

**Figura 2 - Registro de um bando, escrito em 28 de março de 1722**

Fonte: *Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 48, ordem 406.*

### **Figura 3 - Transcrição do registro de bando**

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1901, p.26

No primeiro caso, trata-se de versão manuscrita presente em um Livro de Registro, localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 48, ordem 406, usado para se arquivar, por meio de cópia, toda a documentação que transitasse pela

administração. A versão editada, presente na *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, volume XII, página 26, provavelmente foi copiada desse mesmo livro, o que nos leva à procura da versão original do documento em questão, para assim poder reconstituir de forma fidedigna o estado de língua da prática de escrita em voga.

Ao comparar essas duas versões, observa-se que, embora o editor tenha buscado ser fiel ao texto base, há corrupções do texto muito significativas para estudos linguísticos, principalmente quanto a pontuação, acentuação, fronteira de palavras, uso de maiúsculas e minúsculas, casos de atualização ortográfica, entre outras modificações. Com isso, a reconstituição do estado de língua do original se dificulta ainda mais, principalmente se não forem localizados os originais. O pesquisador interessado em estudar a escrita do Capitão e Governador General Rodrigo Cesar de Menezes, em ambos os casos, não estaria diante de documentos originais e genuínos. Provavelmente se equivocaria se tomasse como critério apenas a assinatura presente nas duas versões.

Esse fato comprova a necessidade de um trabalho filológico que leve em consideração o processo de produção e transmissão de documentação desse tipo. Seria necessário, além do levantamento da sua tradição direta e impressa, fazer o cotejo para tentar identificar qual seria versão original ou a que mais se aproxime dela. A informação de Toledo Piza, editor da *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, não é muito motivadora quanto aos originais.

Os originaes estão de tal forma estragados pela ineptia e descuido dos governos provinciaes, que muitas paginas estão truncadas e perdidas para sempre; o resto do todo está, em geral, em máo estado, porém com algum trabalho consegui supprir as lacunas e restaurar algumas paginas arruinadas pelo abandono, pelo tempo e pelas traças, e os dois volumes vão sahir os mais completos que me foi possivel tornal-os. Ajuntei algumas notas e annexos, que alguma cousa contribuem para esclarecer os pontos obscuros e controvertidos. (TOLEDO PIZA, 1895, p.4)

Pontos obscuros, provavelmente, causados por dificuldade de leitura por conta da deterioração do papel em que foram escritos os manuscritos; controvertidos, pelas escolhas feitas ao editar o documento. De todo modo, o trabalho de edição desse tipo de documentação com vistas à produção de fontes fidedignas para o estudo da língua portuguesa vai além da edição de um único testemunho, estamos diante de um caso de diversas versões do mesmo documento, com risco de não trabalharmos com o original e termos de restituí-lo por meio de sua tradição. A aplicação de práticas da Crítica Textual pode ser de muita utilidade no projeto em questão.

Nos casos dos manuscritos reunidos nos catálogos do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco", a grafia da assinatura é diferente da versão apresentada acima. Destaca o fato de não se diferenciar ao longo do *corpus*, o que nos leva a acreditar que pode se tratar da original, pertencente ao Governador e Capitão General Rodrigo Cesar de Menezes. Com isso amplia-se a busca por documentos em que a letra assinada coincida com a do resto do texto. Abaixo segue exemplo de carta escrita em 05 de janeiro de 1722, em São Paulo, que ilustra bem o que se tem discutido, seguida de sua transcrição<sup>7</sup>.

---

7 Transcrição feita com base nas Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil, presentes em Cambraia, Cunha, Megale (1999: 23-6).

**Figura 4** - Carta escrita em 5 de janeiro de 1722, em São Paulo

*Transcrição da carta supostamente assinada por Rodrigo Cesar de Menezes*

<Saõ Paulo  
5 Janeiro  
1722>

Meu de meu Coracaõ e meu *Senhor* hontem 3 do  
Corrente receby a vosa Carta Com as incluzas de meu Ir  
maõ e me a legro *muito* tenhais boa Saude Deos vola Con  
Serue Como vos deseyo e *que* tinhais boas festas Com aquellas  
fortunas que mereceis e toda avosa Caza

Hoje 4 do mesmo mês me escreue oCappitam  
de Mar guerra Iozeph de Semedo da Ilha de Saõ Sebas  
tiaõ donde deu fundo Suposto Creio que hirã mais depreça  
Rafael Pires Com tudo Naõ quero perder oCaziaõ deSa  
ber de vós: os dias passados voc hauia escrito dizendo  
uos *que* os Nauios OLandezes Se tinhaõ retirado Seguindo  
Sua viagem eComo hã mais de 25 dias ofizeraõ creio  
[Sen]jaõ aVansado amayor parte da derrota *que* Leuauaõ em Cu  
yos termos meparese Se pode recolher desse Porto outra vê[z]  
aNaõ guardaCosta Se hê *que* naõ tras ordem vosa em Con  
trada

Sentidissimo me deixa anotiçia *que* vós e meu Ir  
maõ me daõ da dilatada viagem da frota procedido tudo  
dopouco *que* aquelles Senhores doReyno [Cu]daõ em as man  
dar fora de munçaõ o*que* naõ Sosederia Se algu delles  
exprementase aquelles dis Contos, em fim quererã Deos  
*que* este exzemplo e os mais lhe façaõ abrir os olhos: Como  
este Menistro esta *para* partir por elle vos escreuerey Com toda  
a indiuiduaçaõ Sobre alguñs particulares dai me nouas da  
terra a daCaixa da [almas] *que* aqui tenho continuamente ver  
gonozas notiçias a toda aVosa famillia me recomendo de  
zejando Sempre Seruiços com melhor vontade deos vos  
*Guarde muitos* annos dezeyo Saõ Paulo 5 de Ianeyro de 1722

*VossoPrimo Amigo* muito [Captivo]  
Rodrigo Cezar de Menezes

*Excelentissimo Senhor* [Senhor] Ay

res de Saldanha Al

buquerque

Entre cópias e versões editadas dos documentos tanto pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo quanto pela equipe do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, há muitos manuscritos que precisam ser localizados e editados, para que se registre fielmente como se escrevia no contexto administrativo colonial. As imagens que seguem servem para verificar, sem muita dificuldade, a diferença entre as assinaturas.

**Figura 5 - Comparativo das assinaturas do registro do bando e da carta**

Com o intuito de se trabalhar com fontes fidedignas, há muito tempo a Filologia Portuguesa tem procurado produzir edição de documentos com o maior grau possível de respeito ao original, com o intuito de preservar o estado de língua do período em que os documentos foram escritos. O resultado desse trabalho, principalmente sobre documentação manuscrita oficial, por um lado, tem elevado o número de textos editados; por outro, colocado em segundo plano o conhecimento a respeito do seu contexto de produção, dos seus autores, dos copistas, da autenticidade dos documentos. Nesse sentido, conhecer o escriba, a sua formação, isto é, a sua instrução alfabética, revelada muitas vezes pelo cargo que ocupava, e o contexto de produção da documentação brasileira colonial representa importante desafio científico para a Filologia Portuguesa, ainda mais pela escassez de informações sobre essa matéria. A fundamentação de muitas das hipóteses a respeito das oscilações encontradas em manuscritos antigos depende desse conhecimento.

No caso de escribas com cargos hierárquicos de destaque, como altos funcionários, tais como tenentes gerais, mestres de campo, capitães e governadores de capitâneas, encontra-se alguma informação sobre sua origem, mas muito pouco sobre a formação escolar que tiveram e os modelos de texto utilizados em sua instrução. Por isso defende-se que os dados levantados em documentação colonial devem ser baseados também num quadro detalhado sobre o processo de produção e circulação de manuscritos, para que possam servir como pistas essenciais para o levantamento de hipóteses a respeito da prática dos verdadeiros responsáveis materialmente pela sua escrita.

Buscando, por exemplo, por documentos de Rodrigo César de Menezes no Arquivo Público do Estado de São Paulo e nos Catálogos do Projeto Resgate, o pesquisador se depara com muitos manuscritos com autoria atribuída a essa autoridade, podendo levar o pesquisador a considerar tal informação como verdadeira. O mesmo poderia ocorrer com os informativos e ementas do Projeto Resgate ou de outras



instituições. No entanto, pela comparação entre a grafia do texto com a das assinaturas presentes, percebe-se sem dificuldade a diferença, isto é, quem o escreveu não é a mesma pessoa que assinou. Embora esteja escrito o nome de Rodrigo César de Menezes, isso não serve como garantia de que tenha sido o autor material do documento, provavelmente produzido sob suas ordens por algum funcionário da administração colonial.

Ao aprofundar a busca com base na grafia, verifica-se que na maioria dos documentos a letra da assinatura não corresponde à do documento. Nesse contexto, questiona-se se há diferenças de escrita entre os casos em que um funcionário escreve e assina e os em que apenas escreve. O contexto de produção interferiria no estado de língua registrado? Que marcas de autoria o responsável materialmente pelo texto deixaria em suas produções e que marcas do governador seriam transmitidas ao longo desse trabalho de escrita? São questões possivelmente respondidas em estudos baseados em documentação manuscrita escrita no Brasil, sob critérios filológicos, objetivo do projeto *Produção e Circulação de Manuscritos no Período Colonial Brasileiro: Contribuições para a História da Língua Portuguesa*. Com isso, espera-se ampliar consideravelmente o conhecimento da situação linguística do português no período colonial e contribuir de forma concreta com os estudos sobre a História da Língua Portuguesa.

#### 4 CONCLUSÃO

A História da Língua Portuguesa se constrói com dois tipos de dados: os pertencentes à sua História Social ou História Externa, isto é, o contexto histórico em que a língua se desenvolve e que pode ter influenciado ou determinado sua evolução; os dados pertencentes à sua história linguística ou História Interna, isto é, a descrição de fenômenos em sistemas e subsistemas linguísticos resultando do conjunto a Linguística Histórica Portuguesa (MEGALE, 1998). Nesse sentido, o estudo da língua portuguesa e da sua história com base em documentação manuscrita cumpre esses dois critérios. Por um lado, na medida em que se vai às fontes, realiza-se importante função do trabalho filológico, de acordo com Spina (1994, p.82), a *transcendente*, “em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época”. Por outro, por tratar-se de trabalho que tem com base levantamento de dados linguísticos concretos, retirados de documentos manuscritos heterogêneos, de diversas épocas da História da Língua Portuguesa, pratica-se o estudo das transformações pelas quais a nossa língua passou ao longo de sua trajetória sócio-histórico-cultural. Castro (2004, p.3) reforça tal fato:

Para o linguista usufruir das reais vantagens do texto não-literário, que lhe permitem saber como uma pessoa identificada escrevia (e talvez falasse) em determinado ponto do tempo e do espaço, precisa de se inteirar primeiro das circunstâncias históricas em que o texto foi escrito. É esse o campo de intervenção de uma série de disciplinas auxiliares da História e da Filologia, equipadas com metodologias próprias que podem atingir apreciável sofisticação – a paleografia, a diplomática e a codicologia antes de mais, mas a crítica textual também.

A importância dos critérios de estudo adotados para este plano reside na confluência e no entrecruzamento de dimensões de várias ordens que se completam e enriquecem umas às outras, a saber: Filologia, Informática, Linguística e História. Na dimensão filológica, a edição semidiplomática de manuscritos traz à tona aspectos pouco estudados da tradição manuscrita, principalmente a notarial setecentista, e dos gêneros discursivos associados às práticas administrativas coloniais, em seu aspecto diplomático, produzidos em estruturas e conteúdos próprios, dimensão auxiliada por conhecimentos de ciências afins, tais como a codicologia, a diplomática e a paleografia; na informática, a seleção dos dados estatisticamente possibilita, na dimensão linguística, o tratamento automático de inventários e a análise de informações relevantes para os estudos sobre a História da Língua Portuguesa, em particular para o Português do Brasil, permitindo perspectivar novas aplicações da Filologia tradicional; na histórica, o contato com documentação manuscrita de outros períodos é essencial para a compreensão do que foi o Brasil colônia ao longo da sua formação.

Noll (2008), pesquisador alemão, que tentou estabelecer uma cronologia das mudanças no nosso idioma, classificando os arcaísmos, as inovações e os traços da língua portuguesa no Brasil, considerou essa tarefa complicada pela falta de documentos testemunhando os traços que surgiram no português do Brasil. De acordo com o autor (NOLL, 2004, p.19), “para avançarmos nos estudos históricos da língua portuguesa no Brasil, dependemos, por um lado, da análise das fontes manuscritas”.

A obra de Azevedo Santos (2004), *Assina quem sabe e lê quem pode, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa de D. Catarina de Áustria (1526)*, procurou contribuir para o conhecimento da difusão social ativa e passiva da escrita em Portugal do século XVI, sobre o grau de alfabetização e níveis de cultura gráfica e intelectual de mulheres e homens, artesãos ou mercadores, no campo e na cidade, na corte e nos mosteiros. Com o projeto *Produção e Circulação de Manuscritos no Período Colonial Brasileiro: Contribuições para a História da Língua Portuguesa*, pretende-se contribuir para o conhecimento e esclarecimento da situação linguística do português, neste caso, em documentação manuscrita escrita no Brasil, especificamente no século XVIII, na Capitania de São Paulo. No trabalho de Azevedo (1004), pela análise de presença ou ausência de assinaturas autógrafas, tratou-se do grau e do impacto do acesso direto à cultura gráfica na sociedade em questão. Pelo projeto em voga, espera-se, com base no estudo de autorias material e intelectual, identificar como se caracteriza o contexto de produção e circulação de manuscritos no século XVIII e verificar o quanto o conhecimento a esse respeito contribui para os estudos sobre a História da Língua Portuguesa, para além dos trabalhos de edição que se têm feito nos últimos anos.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes*. Vol. XII. São Paulo: Archivo do Estado de S. Paulo / Typographia da

Industrial de São Paulo, 1901.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação Oficial de*

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes*. Vol. XIII. São Paulo: Arquivo do Estado de S. Paulo / Typographia da Industrial de São Paulo, 1895.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Correspondência Interna do governador Rodrigo Cesar de Menezes - 1721 - 1728*. Vol. XX. São Paulo: Arquivo do Estado de S. Paulo / Typographia da Industrial de São Paulo, 1896.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo Cesar de Menezes - 1721 - 1728*. Vol. XXXII. São Paulo: Arquivo do Estado de S. Paulo / Typographia da Industrial de São Paulo, 1901.

ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo: (1644-1830)*. São Paulo: EDUSC, 2000.

AZEVEDO SANTOS, Maria José. *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa de D. Catarina de Áustria (1526)*. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento*

CAMARGO, Ana Maria de Almeida & BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

CAMBRAIA, César Nardelli; CUNHA, Antônio Gerado da; MEGALE, Heitor. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Série Diachronica, 1, Humanitas, 1999.

CASTRO, Ivo. *A primitiva produção escrita em português*. "Orígenes de las lenguas romances en el Reino de León". Siglos IX-XII, León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 2004, vol. II, p. 69-97.

FERREIRA, Teresa Duarte, SANTANA, Ana Cristina. *O tratamento documental de manuscritos ao serviço da investigação: a experiência da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://www.purl.pt/6393/1/comunicacoes/manuscritos.pdf>>. Acessado em 29.11.2013.

MARCILIO, Maria Luiza. *A população paulistana ao longo dos 450 anos da Cidade*. In: Paula Porta. (Org.). *Historia da Cidade de S. Paulo*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 1., p. 244-269.

MEGALE, Heitor. *Filologia Bandeirante. Itinerários*, Araraquara: v. 6, p. 11-34, 1998.

NOLL, Volker. *A formação do português do Brasil*. In: Wolf Dietrich/Volker Noll (Org.). *O português do Brasil – perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt/M., Vervuert, 2004.

NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Trad. Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Editora Globo, 2008.

PORTA, Paula (Org.). *Historia da Cidade de São Paulo*. v.1º. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SÁEZ, Carlos. Prefácio. In: AZEVEDO SANTOS, Maria José. *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa de D. Catarina de Áustria (1526)*. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SPINA, Segismundo. *Introdução à édotica*. São Paulo: Ars Poetica/Edusp. 1994.

TAUNAY, Affonso d'e. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951.

TOLEDO PIZA, Antonio de. Apresentação. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo - Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes*. Vol. XIII. São Paulo: Archivo do Estado de S. Paulo / Typographia da Industrial de São Paulo, 1895.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

Recebido em: 17 de março de 2014.

Aceito em: 05 de maio de 2014.